



# Anais da Assembléia

N.º 142

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 218.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Alfredo Gulin, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gulin) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte Expediente:

### REQUERIMENTOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, na forma regimental, ouvido o Plenário, requerem seja adotado o regime de urgência ao Projeto de Resolução de sua autoria, que disciplina a realização de sessões extraordinárias.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977.

(aa) Accioly Neto, Muggiati Filho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento, em data de 30 de outubro último, no Município de Pato Branco, do Senhor PEDRO JOSÉ VIEIRA.

Chefe de família exemplar, funcionário íntegro e cumpridor de suas obrigações, o extinto foi um dos fundadores do Município de Pato Branco, além de ter o significativo cargo de 1.º Tabelião da Comarca.

Deixa um imenso círculo de amizades e uma lacuna que jamais será preenchida no dia a dia daqueles que prantearam o seu passamento.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do inteiro teor do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente, em forma de apelo, ao Ilmo. Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando providências no sentido de que seja feita a necessária retificação e o serviço de encascalhamento de importante rodovia que liga Rosário — Campineiro do Sul — até Cirol, no Município de TELÊMACO BORBA.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977.

(a) José Domingos Scarpelini.

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho rodoviário que liga ROSÁRIO — CAMPINEIRO DO SUL, até CIROL, no Município de Telêmaco Borba, está a reclamar urgentes medidas do competente Departamento de Estradas de Rodagem, pois o escoamento da produção dessa fertilíssima região do nosso Estado, vem sendo feita com sérias dificuldades, criando inúmeros problemas aos denodados agricultores, bem como aos motoristas de caminhões de carga — onerando, sensivelmente, o transporte e provocando o desgaste de peças, bem como outros inconvenientes de ordem geral, destacando-se ainda o problema da demora, ocasionada pelas péssimas condições do trecho aludido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que seja coibida a prática do emplacamento de veículo fora do município do domicílio do seu proprietário, cumprindo o que dispõe o artigo 57 do Código Nacional de Trânsito.

Ocorre que, as agências de automóveis, normalmente situadas nos grandes centros, exigem dos compradores, ainda que de outro município, que façam alí o seu emplacamento dos veículos adquiridos, com falsa declaração do domicílio ou residência do comprador.

Com essa prática, os pequenos municípios vêm sofrendo prejuízo na sua arrecadação, referente aos licenciamentos de veículos, o que cumpre seja desde logo reparado, mediante rigorosa fiscalização e verificação da documentação do interessado, quanto ao seu domicílio, para se evitar a evasão de renda, principalmente, das pequenas comunidades que são sempre as mais sacrificadas.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977

(a) Lineu Turra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes desta Casa aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Banco do Brasil, Banco Central e Ministro da Fazenda, formulando veemente apelo, no sentido de que seja instalada agência do Banco do Brasil, no Município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

#### JUSTIFICATIVA:

Coronel Vivida nasceu da coragem dos pioneiros e prosperou pelo trabalho do homem brasileiro que habita aquele próspero município.

Com pouco mais de 20 anos da data de sua emancipação política, os moradores mais antigos ainda lembram dos tempos em que a pequena Vila era Distrito do Município de Mangueirinha e era denominado "BARRO PRETO".

Hoje, Coronel Vivida, é um dos mais progressistas municípios do Sudoeste, sediando inclusive comarca.

Sua arrecadação situa-se entre as 4 primeiras entre os 26 municípios que compõem a micro região do Sudoeste do Paraná.

A produção agrícola é intensa. Possuindo a maior parte de suas terras mecanizadas, Coronel Vivida contribui com destaque na produção de soja, milho, trigo e feijão.

Conta com grandes firmas de industrialização de madeira, de maquinária agrícola e com um movimento comercial em boa escala.

É uma das comunas do Sudoeste onde a pecuária e, especialmente, a suinocultura é mais desenvolvida, dentro inclusive dos padrões técnicos adequados.

Sua gente do interior do município, é boa e trabalhadora. No interior de Coronel Vivida residem mais de 20 mil habitantes, que com seu trabalho, constroem a pujança econômica de uma agricultura de vanguarda naquele município.

Na cidade, residem mais de 3 mil brasileiros, gaúchos, catarinenses, paranaenses, nortistas. A infra estrutura da cidade é muito boa: as principais ruas calçadas, serviço de abastecimento de água a ser concluído este ano, em fase final de construção um moderno prédio escolar onde funcionará o Centro de Ensino Fundamental de Coronel Vivida, a par de outros prédios escolares já existentes com ensino de 1o. e 2o. grau. O Corpo de professores de Coronel Vivida é, sem favor, um dos mais dedicados do Paraná.

Coronel Vivida, torno a repetir, deve o seu desenvolvimento a seu povo, mas também as suas lideranças políticas, sociais, empresariais e religiosas. Para se transformar na agradável cidade e rico município de hoje, Coronel Vivida contou com o trabalho incansável de homens como Frederico Berger, 1o. Prefeito Municipal, Hetto Fleck, ex-prefeito e empresário de sucesso e de Ângelo Mezzomo, ex-prefeito e agora, à frente dos destinos daquela Prefeitura, ao lado de seu jovem vice-prefeito Fábio Berger.

Servida por uma estrada asfaltada desde 1970 — a rodovia Pato Branco — Três Pinheiros, Coronel Vivida, aspira que em breve sejam iniciadas as obras da rodovia asfaltada, Coronel Vivida — Vista Alegre e São João, e pleiteia a ligação asfáltica Coronel Vivida — Chopinzinho e Laranjeiras do Sul.

Vive assim Coronel Vivida novos dias de trabalho e progresso. Seu povo e suas autoridades têm, entretanto, uma legítima aspiração: sediar uma agência do Banco do Brasil.

O processo para a concretização desse sonho já se iniciou no ano passado, quando estivemos, o Prefeito Ângelo Mezzomo e eu, com o Diretor do Banco do Brasil para o Paraná e Santa Catarina, Cel. Perachi Barcellos, ex-governador do Rio Grande do Sul.

Aquele eminente homem público, recebeu com muita simpatia a pretensão do povo vividense esposada e defendida por Ângelo Mezzomo. Recomendou que fosse feito completo levantamento sócio econômico e apresentado ao Banco do Brasil.

Assim procedeu o Prefeito Municipal de Coronel Vivida, que apresentou substancial trabalho levantando todos os dados da economia Municipal e detectando toda sua potencialidade.

Há questão de um mês, acompanhei o Prefeito de Coronel Vivida à Presidência do Banco do Brasil em Brasília. Na ausência do Dr. Karlos Richibietter, recebeu-nos o paranaense Paulo

Ricardo dos Santos, chefe de gabinete do Presidente do Banco do Brasil, que nos assegurou que iria considerar com a máxima boa vontade o justo pedido de Coronel Vivida.

Assim é que, Senhores Deputados, formulo desta tribuna, veemente apelo, consubstanciado neste requerimento para que a Assembléia Legislativa também se pronuncie junto às autoridades monetárias nacionais ratificando a solicitação do Povo e Líderes de Coronel Vivida, no sentido de que seja criada e instalada, o quanto antes, uma agência do maior estabelecimento de Crédito Rural do mundo naquele município, cuja economia depende, essencialmente, da agricultura.

Solicito, outrossim, caso seja aprovado o presente requerimento que sejam expedidas cópias do inteiro teor deste às seguintes autoridades de Coronel Vivida:

- 1 — Prefeito Municipal
- 2 — Vice-Prefeito
- 3 — Sr. Frederico Berger, ex-Prefeito
- 4 — Sr. Ângelo Mezzomo, ex-Prefeito
- 5 — Presidente da Câmara dos Vereadores
- 6 — Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais
- 7 — Presidente do Sindicato Patronal
- 8 — Vigário local — Padre Genésio Bonfim.

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 157/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA BERTILLA BOSCARDIN", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1.977.

(a) Gilberto Carvalho.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo de assistência social, junto a comunidade do Bairro do Tarumã, nesta Capital.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual para que o poder público a reconheça como de utilidade pública.

Com isso, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gulin) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Arnaldo Costa Faria, Vereador de Nova Aurora.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, quando ocupava a tribuna o brilhante Deputado Fuad Nacli para enaltecer obras do Governo e muito especialmente, para posicionar como festa do povo, a inauguração dos trechos de estradas Jacarezinho a Cambará e Bandeirantes a Itambaracá, dizia o ilustre Deputado que, estariam presentes àquela festa, Deputados do MDB, da Oposição daquela região. E acrescentava que assim teriam procedido, porque lá é que haviam sido votados.

É de nossa formação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não participarmos do trombetear da miséria de um povo.

Enaltecemos o Governador, por cumprir o seu dever fazendo boas estradas, ou, estradas mais ou menos boas, como vem fazendo. Mas, quando analisamos que este País se afunda

no endividamento, que o empobrecimento aumenta a cada dia que passa, quando analisamos que o Governador, a cada inauguração de estradas — diga-se bem alto, mal feitas, desperdício de dinheiro, o que um futuro bem próximo contará ao Paraná — leva, para essa chamada festa do povo, comitivas caríssimas de Secretários, bajuladores e batedores de palmas, porque na realidade foi o que ocorreu na inauguração da estrada de Jacarezinho a Cambará onde estive presente 15 minutos após a esta inauguração, concluímos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que essa não é uma festa do povo. Aquela festa foi, sim, uma satisfação pessoal para a comitiva festeira do Governo do Paraná, para esta comitiva festeira que encarece violentamente o custo das obras que este Governo fez; prova de que não foi festa do povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficou evidente no fato de que, nas proximidades de Jacarezinho só existem 2 ou 3 faixas alusivas à presença do Sr. Governador do Estado, faixas estas que foram oferecidas pela firma empreiteira que executou a obra; à chegada de Cambará, só existiam mais 2 faixas alusivas, também não colocadas pelo povo, mas sim, pela firma B. Moreira, que se serve, naturalmente, das posições políticas para a sua movimentação.

Festa do povo, é quando o povo comparece para sentir e manifestar seu sentimento de gratidão ao seu Governo, ao seu Prefeito, ao seu representante. O que tem ocorrido, são festas forçadas na tentativa de popularizar o Governo, a fim de encobrir obras tão mal feitas como esta que denunciei aqui.

(TÍMPANOS)

Terminarei, Sr. Presidente.

Como denunciei, aqui, e que foi recuperada, em parte, esta que foi inaugurada, a obra da estrada pavimentada de Jacarezinho a Cambará.

Nós participaremos de festas mas, quando o povo estiver participando conosco e sentir que nós estamos cumprindo o nosso dever.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "O dia 27 de outubro assinala a passagem do décimo aniversário do INOCOP, Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná, órgão ligado ao BNH como apoiador do programa de oferta de Habitação às classes sociais de menor renda.

Nestes dez anos o INOCOP apoiou a estruturação de cooperativas para construção de casas em todas as regiões do Estado. De sua ação resultaram 25 mil habitações entregues ou já em construção, beneficiando mais de 100 mil pessoas.

Atuando numa área eminentemente social, como orientador e fiscalizador dos projetos habitacionais das cooperativas, o INOCOP se caracterizou desde o início, por um enfoque humanitário. As entidades fundadoras, no ano de 1967, foram entre outras a Universidade Católica do Paraná, a Federação dos Trabalhadores Cristãos do Paraná, a Federação das Congregações Marianas de Curitiba, representada pelo saudoso ex-Deputado Edgar Távora e a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas.

A direção do INOCOP — Pr., está distribuída entre personalidades da vida paranaense. Como diretores executivos estão, entre outros, o engenheiro Oto Doetzer, como diretor superintendente; o advogado João Lacerda Braga, como diretor administrativo; o professor Carlos Hungria, como diretor de Cooperativismo e ao engenheiro Carlos Ventura, como diretor técnico.

No conselho Administrativo figuram:

Vicente Montanha, presidente; professor Nelson de Luca, Mario Dias, Djalma Palmeira, professora Dalva Borges de Macedo, professor Paulo Augusto Wendler e Orlando Fontoura.

O sonho da casa própria é um dos principais motivadores da ação do homem. Ao lado da casa, o trabalho seguro e estável, a educação da família, são os grandes balizadores da vida do ser humano.

Ao auxiliar fortemente as autoridades no esforço de dar casa própria aos operários, aos trabalhadores de escritório, aos moradores das nossas maiores cidades, o INOCOP preencheu os objetivos de sua criação e merece nossos aplausos, em nome do povo paranaense".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, apenas para apresentar e justificar dois requerimentos. O primeiro deles, endereçado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, pedindo a solução para o problema criado com o provável fechamento de um Ginásio, no Distrito de Floriano, em Maringá. Na justificativa, dizemos: (Lê) "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário da Educação do Estado, solicitando urgentes providências, no sentido de solucionar o problema surgido com a falta de condições da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — Conselho Comunitário de Floriano — Município de Maringá, continuar mantendo o Ginásio de Floriano. O fechamento daquela escola, implicará no afastamento dos bancos escolares de grande número de crianças e jovens que não têm condições de deslocar-se para Maringá e continuar os estudos.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977.

(a) Antônio Facci.

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio de Floriano, Município de Maringá foi fundado em 1968, mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Desde o início, sentiu-se grande dificuldade na manutenção através o sistema comunitário. Com o advento da Lei 5692, criou-se um novo alento à pequena população estudantil daquele Distrito, certo de que a responsabilidade comunitária de manutenção de sua escola, chegaria ao fim, quando da implantação da reforma de ensino preconizada pela referida Lei. Passaram-se os anos. As dificuldades aumentaram. Nenhuma solução foi conseguida. Agora vemos noticiário de jornais, rádio e televisão, dando conta do fechamento daquela escola. Urge que uma solução seja dada pela Secretaria da Educação, que não pode invocar o dispositivo legal de não criação de extensões, por ele é violado, freqüentemente, por extensões instaladas em grande número de distritos de nosso Estado. A criança de Floriano, apesar de em sua maioria pertencer a famílias de pouco poder aquisitivo, merece também o atendimento e o direito às escolas."

Este é o primeiro requerimento. O segundo refere-se a uma notícia veiculada no jornal "Tribuna", de Cianorte, em sua primeira página, e diz aqui: ("Acessos serão recapeados". Os acessos que dão para o trevo rodoviário e para Rodon, que estão em péssimo estado de conservação, serão recapeados no próximo mês, uma vez que Negrão conseguiu verba do Estado para que seja implantada nova camada asfáltica).

Nós estamos requerendo algumas informações ao Sr. Secretário de Transportes, tendo em vista que ao que nos consta, aqueles dois acessos foram implantados, foram inaugurados há menos de três meses, pela Secretaria de Transportes, com a presença do Sr. Governador do Estado, com uma grande festa e com uma grande placa lá, dizendo: "Visite a grande erosão de Cianorte antes que ela se acabe".

Estamos observando agora, que três meses após, o Prefeito

jácta-se de conseguir recursos para recapeamento, ou nova camada asfáltica nas mesmas rodovias. Como é dinheiro do povo e cabe a esta Casa fiscalizar, estamos elaborando um requerimento do seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osíres Guimarães, requerendo as seguintes informações:

a) A pavimentação asfáltica dos acessos ao trevo rodoviário na rodovia Oswaldo Pacheco de Lacerda, para a cidade de Cianorte, bem como o acesso à rodovia que liga Cianorte a Rondon, foram executados com recursos do Estado?

b) Quando foram inaugurados e que tipo de pavimento foi utilizado?

c) É procedente a notícia contida no número 563 datado de 16/10/77 do jornal "A Tribuna de Cianorte", que referidos trechos estão em péssimo estado de conservação, e que o Prefeito daquele município já conquistou recursos junto ao mesmo Estado para recapeamento do leito, ou como informa referido jornal "de nove camadas asfálticas?

d) Se verdadeira a informação, qual a importância dispendida na construção dos trevos e acessos acima referidos e qual o número necessário para sua recuperação?

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977".

Era só, Sr. Presidente. Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Pelo que nos recordamos, esta é a quarta vez que, perante V. Exa., vimos nos reportar a determinado município paranaense e, excetuando-se pequenas variações, sempre sobre a mesma matéria.

Confesso que não me é grato voltar a este assunto que, não por nossa culpa, está sendo encaminhado para um terreno pouco recomendável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós, parlamentares (repetimos o que já afirmamos noutra oportunidade) temos uma responsabilidade que é estruturada dentro de um sistema, cuja linha de conduta deve primar pelo respeito que merecem todos aqueles que nos ouvirem ou tomarem conhecimento de nossas afirmativas.

A palavra dos parlamentares deve sempre conter a consistência das cousas verdadeiras e, nem sequer nódoas de inverdades.

E se torna ainda mais grave quando contém inverdades flagrantes. À medida que ocorrerem afirmações desta natureza, por parte de qualquer parlamentar, o que é lamentável, é de se presumir que, aos poucos floresça o descrédito do parlamentar, perante qualquer comunidade. E este descrédito não recai somente sobre aqueles que assacam inverdades, porém igualmente sobre os que não se utilizam desta prática.

A palavra do parlamentar deve ser recebida pelo povo como um dogma.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, — queremos nos referir às afirmações do ilustre Deputado Ernesto Dal'Oglio.

S. Exa. declarou em seu pronunciamento, nesta Casa, no dia 27 de outubro p.p., que o atual Prefeito de Sta. Helena, Major Willy Krinke, nomeou o ex-Prefeito Sr. Francisco Antônio Muniz, para exercer funções na dita Prefeitura. E mais, que o mesmo ocupava função de destaque como assessor especial e braço político do novo comandante". Sua Excelência, se refere ao atual Prefeito em termos desairosos, o que é uma injustiça. Podemos afirmar que o Major Willy Krinke é um homem que conhece com muita propriedade os problemas do Oeste do Paraná e, em particular, os problemas do Oeste do Paraná, e,

em particular, os problemas de Sta. Helena.

Trata-se de pessoa que está integrada na coisa pública. É um homem experiente, tranqüilo, e de rara experiência, com capacidade de congregar o povo de Sta. Helena e trabalhar em uníssono em prol da coletividade e os interesses do município.

E não se pode dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Major Willy desceu em Sta. Helena em para-quedas. Esta é uma forma de expressão pejorativa. O Major Willy é um Oficial do Exército Brasileiro que, de armas nas mãos, defendeu a Bandeira deste País, na 2a. Guerra Mundial, quando recebeu condecorações honrosas pelo seu destemor na frente de batalha. Um homem assim merece o respeito de todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não desejamos nos deter na pessoa do Sr. ex-Prefeito. Detemo-nos, apenas, na recente declaração de S. Exa. o Deputado Ernesto Dal'Oglio.

Coincidentemente, acabamos de visitar o Oeste do Paraná, de onde regressamos no dia 3 do corrente. Já não nos surpreendemos mais com os seus pronunciamentos sobre Sta. Helena, e vimos declarar perante V. Exas., que o que foi afirmado pelo ilustre Deputado é inteiramente falso e destituído de qualquer fundamento.

Ainda nesta oportunidade, com todo respeito, permitimo-nos recomendar ao ilustre Deputado se documentar devidamente antes de enunciar tais declarações."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fala-se em festa de povo, em festa do povo. Todavia, o funcionário público estadual teve o seu dia praticamente esquecido. A única lembrança da área funcional relativamente ao funcionalismo, foi o aumento chamado "aumento fantasma" e que está agora não há uma definição lógica, coerente para se dar um esclarecimento à opinião pública.

O mesmo ocorreu em Cascavel, quando no dia do funcionário público se fez uma grande festa ao funcionalismo municipal. Entretanto, as professoras e professores não foram convidados porque, segundo a Secretaria de Educação — professor não é funcionário público. Retrata bem aquela administração.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa passagem, aqui por esta tribuna, prende-se tão somente à pretensão conjunta deste Deputado com o Deputado Valter Pietrângelo para propor uma emenda à Constituição do Estado, cuja súmula é a seguinte:

(Lê emenda à Constituição do Estado, a ser proposta).

Creemos que a reivindicação dessa operosa classe será acolhida por esta Casa de Leis."

E é justamente com este sentido e com este objetivo que eu conclamo, concito e faço um apelo aos nobres senhores Deputados das duas bancadas, para que subscrevem, conjuntamente com o Deputado Valter Pietrângelo, nossa propositura, para buscarmos a concretização de um direito adquirido a nosso ver.

Fala-se inclusive que a Procuradoria da República teria representado contra texto da nossa Carta Estadual. Nada está solucionado. E nos parece que se tratando de Direito Adquirido, porque uma vez que houve o estabelecimento de norma constitucional, nenhum impedimento traria, para que esta norma fosse fixada na Carta Constitucional do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco mais de dois meses ocupei a tribuna desta Casa para estranhar determinadas atitudes de certos setores do Banco

do Estado do Paraná.

Naquele momento, não imputava ao Banco qualquer desatenção, qualquer desvio nas suas atitudes. Apenas manifestava estranheza diante de alguns fatos que eram relatados.

Passam-se mais de dois meses e nada se fala, nada se diz.

Hoje, a estranheza transforma-se em dúvida e poderá, mais do que em dúvida, se transformar, amanhã, em lamentáveis certezas de que o nosso estabelecimento oficial de crédito esteja efetivamente, a gerir seus recursos, a dirigir os seus destinos, diante de um favoritismo manipulado no interesse de uma grei, de alguns poucos favoritos, no interesse de alguns poucos que formam a corte e a ela aplaudem.

Mas, não era bem esse o fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não sei a que se atribuir, se o momento de instabilidade que vivemos — aliás, trevosos momentos que já se arrastam há longos anos — e que poderia, realmente, estar a deturpar a condução da coisa pública e da vida pública brasileira. Não sei se devo atribuir ao descaso, à omissão, ao despreparo dos homens do Poder Executivo; ou não sei se devo atribuir, também, até mesmo ao encolhimento, à omissão do próprio Poder Legislativo.

Mas, a verdade é que, volta e meia, este Poder Legislativo, esta Casa, esta Assembléia Legislativa, tem sido magoada, tem sido pisada, tem sido aviltada, tem sido menosprezada, por atos, ou por omissões, do Poder Executivo.

Falo do caso concreto agora, Srs. Deputados: no dia 12 de setembro deste ano, apresentei requerimento consubs-tanciando pedido de informações à Secretaria de Finanças do Estado.

Naquela oportunidade, o eminente Deputado Gilberto Carvalho, da bancada arenista, usando de expediente regimental, fez com que a discussão fosse adiada e, conseqüentemente, impedindo a sua votação.

No dia 12 de setembro esse requerimento voltou à deliberação. E não pôde ser apreciado por ausência de "quorum" naquela oportunidade.

Entretanto, no dia 13, ainda de setembro, foi o requerimento, pela unanimidade da Casa, foi o requerimento aprovado.

Recebo, com presteza da administração da Assembléia Legislativa, comunicação datada de 15 de setembro, portanto, dois dias depois — ou menos do que isso — de aprovado, de que o expediente houvera sido encaminhado ao Secretário de Finanças.

De lá para cá, Sr. Presidente, decorrem mais, e muito mais, dos 30 dias de que fala a Constituição do Estado.

Aguardei quieto e silente, Sr. Presidente, esperando que a Secretaria de Finanças, que o Banco do Estado do Paraná, pudessem oferecer que esta Casa — porque, a partir daí, já não se visualizava mais a autoria da matéria, unanimemente aprovada, a matéria era da Assembléia Legislativa, as informações solicitadas.

Era a Assembléia Legislativa que cobrava do Governo do Estado, e dos seus órgãos, explicações, ou informações a respeito de atitudes que estavam a adotar no encaminhamento da coisa pública.

A Constituição do Estado é clara: confere o prazo de 30 dias para que o Secretário de Estado faça retornar à Assembléia Legislativa, as informações solicitadas.

O prazo se esgotou, Sr. Presidente. Esta Casa não recebeu ainda a resposta.

Diante disso, Sr. Presidente, transformo estas palavras em uma questão de Ordem à Mesa, no sentido de saber como

deve proceder a Assembléia Legislativa, como deve proceder o Poder Legislativo, diante da omissão, diante do descaso, diante do desrespeito, com que está sendo tratado pelo Poder Executivo, mormente à luz da Constituição, e da legislação que informa a matéria.

Era, ao final, a Questão de Ordem que eu formulava à Mesa: se devemos, Sr. Presidente, mais uma vez curvarmo-nos diante da prepotência do Poder Executivo, se devemos, mais uma vez omitirmo-nos, encolhermo-nos, se devemos mais uma vez fazer com que este Poder recue e abra mais uma vez um vácuo para o avanço, volto a dizer, à prepotência do Poder Executivo, do Governo do Estado, ou se devemos, e aí sim, à luz da legislação, à luz da Constituição, se, devemos cobrar aquilo que nos é de direito, se devemos colocar este Poder, como Poder, se devemos exigir que seja respeitado como deve ser.

Era a Questão de Ordem que eu formulava à Mesa.—  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita do Departamento Administrativo, informações junto ao Protocolo da Casa, no sentido de verificar se o Poder Executivo respondeu, e, tendo respondido qual o destino dado às respostas ao Pedido de Informações do eminente Deputado Enéas Faria; se não respondeu, oficialmente a Presidência informará o Sr. Deputado, para que ele tome as medidas que considerar constitucionais e regimentais, para fazer valer o direito que esta Casa tem, de receber respostas às arguições endereçadas a qualquer Secretaria de Estado, como constitucionalmente deve merecer.

O SR. ENÉAS FARIA, Pela ordem, Sr. Presidente.

Devo admitir, que V. Exa. não tenha o dever de conhecer a surpresa do fato; devo admitir que V. Exa. não tenha a obrigação de saber se retornou ou não retornou, tanto é o acúmulo de serviço que esta Casa tem. Entretanto, posso afirmar a V. Exa., que pelas informações colhidas junto aos órgãos da Casa responsáveis pela tramitação dessas matérias, até à abertura desta sessão não havia, ainda, chegado à Casa resposta do Sr. Secretário de Finanças.

Até aí, Sr. Presidente, cumpre a V. Exa. o que deve fazer, consultar os demais órgãos responsáveis.

Apenas, quanto à segunda parte da decisão, que quer V. Exa. prolatar, me parece, as coisas não ficam bem assentadas.

Quando eu digo, Sr. Presidente, que o requerimento perdeu a personalidade do autor, quando aprovado pela unanimidade da Casa, formulo, a V. Exa., em Questão de Ordem, uma solicitação no sentido de que se adote uma providência, ou não se adote, mas formulo a V. Exa., esta indagação. Quer me parecer que não é mais este Deputado, mas é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por unanimidade dos seus integrantes, quem se vê desrespeitada. Não caberia simplesmente a este Deputado, mas à Assembléia, se alhear e tomar a posição que deve tomar. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência adotou providências, e, como medida acauteladora, a Presidência deverá verificar se não houve falha da administração da Assembléia Legislativa, em haver repassado, a V. Exa., Pedido de Informações que porventura possa ter dado entrada nesta Casa. Esta medida de cautela é devida, para que a Presidência não sofra vexame de, tendo recebido, cobrar, constitucionalmente, uma medida que o Executivo poderá ter cumprido.

Todavia, a Presidência determinou ao Departamento Administrativo, que indague se, dentro do prazo constitucional, a Secretaria da Fazenda respondeu o pedido de informações de V. Exa., e confirmada a inexistência de expediente reportando-se ao requerimento de V. Exa., a Presidência saberá ouvir a Comissão Técnica, a Comissão de Constituição e Justiça, para saber das providências a serem adotadas.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Tendo havido desleixo, Sr. Presidente, prefiro debitar este desleixo ao Poder Executivo, do que aos briosos funcionários da Assembléia Legislativa.

Em todo caso, Sr. Presidente, como a questão é fácil de ser verificada, como é fácil de se conhecer tal fato, tenho para mim, que V. Exa., ainda no curso desta sessão, passará à Casa, a informação de que recebeu, ou não recebeu, a informação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) V. Exa., Deputado Enéas Faria, verificou com as informações que tenho em mãos, no tocante à responsabilidade da Presidência, tem sido possível urgenciar a tramitação de todos os documentos no prazo exíguo. Verifica V. Exa., que um requerimento aprovado nesta Casa, consubstanciado em pedido de informações de V. Exa., no dia 13, no final da tarde, já foi expedido no dia 15.

A Presidência não pode garantir que este expediente tenha chegado a esta Casa, como todavia, não pode garantir que a Secretaria da Fazenda, não o tenha respondido. Há casos, eminente Sr. Deputado, em que o titular de uma Pasta, de uma Secretaria, encaminha as respostas, via Palácio Iguacu, para que S. Exa., o Sr. Governador do Estado, a nível de Chefe do Poder, encaminhe a este Poder os pedidos de informações.

Em outros casos, as informações têm cindo diretas a esta Casa; como a Constituição é clara, no tocante à obrigação de Secretários de Estado responderem pedidos de informações no prazo constitucional de 30 dias, obrigação que não cabe ao Chefe do Poder Executivo, a Presidência sente-se no dever de se acautelar, de verificar sobre se o Sr. Secretário da Fazenda, cumpriu ou deixou de cumprir dispositivo constitucional, após o que, a Presidência dará satisfações a V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, confiro a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Permita-me dizer, Sr. Presidente, que, enquanto V. Exa. é brilhante na defesa do Poder Executivo, V. Exa. parece sinucso na defesa do Poder...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está sendo injusto com o Presidente. A Presidência esclareceu que num prazo inferior a 48 horas...

O SR. ENÉAS FARIA — Eu tenho a palavra, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência não admite que V. Exa. duvide da austeridade do Presidente. V. Exa. terá que admitir um fato — que a Presidência tem a obrigação de adotar medidas acauteladoras no sentido de verificar se a cobrança de uma resposta, está a débito do Poder Executivo ou do Poder Legislativo. V. Exa. não pode tirar do Presidente esta medida de cautela que a Presidência deve adotar.

V. Exa. terá a resposta, como sempre as teve, no menor espaço de tempo.

A Presidência não admite que V. Exa. confira à Presidência a pecha de defensor do Poder Executivo e de deleixo na defesa deste Poder Legislativo.

A Presidência não aceita insinuações desta ordem partidas de V. Exa., ou de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — (Palavras ininteligíveis, em virtude de discussões paralelas). . . V. Exa. tem a palavra; pela ordem, desde o instante em que se dirige à Presidência com o respeito que é devido a quem, eventualmente, ocupe o cargo de Presidente deste Poder.

O SR. ENÉAS FARIA — O que, Sr. Presidente, não deve impedir a recíproca; não pode a Presidência deixar de ter, sequer, de ter o respeito com quem aqui senta.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência não faltou com o respeito a V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Quero dizer, para que as notas taquigráficas registrem, que o "desleixo" foi dito, por conta de V. Exa. Não saiu de minha boca, Sr. Presidente. V. Exa. veste esta indumentária...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. acusou a Presidência de defensora do Executivo, e que não defendemos o interesse do Poder Legislativo. V. Exa. lançou uma acusação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, me dá a palavra ou não me dá a palavra?

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está com a palavra. E cite, por favor, qual o artigo do Regimento Interno em que V. Exa. está fundamentado para levantar questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — No mesmo dispositivo em que V. Exa. está fundamentado para dialogar, com o Plenário, sentado na Presidência.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência estava respondendo uma questão de ordem levantada por V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, primeiro: o requerimento é endereçado ao Secretário de Finanças, aprovado por unanimidade desta Casa. O Secretário de Finanças, à luz da Constituição, tem de responder a esta Casa e não ao Governador. Não podemos aceitar "saídas" dentro desta figura que V. Exa. quer criar agora. A obrigação constitucional é para com esta Casa e jamais com o Governador.

Segundo, o que pretendo de V. Exa., porque é fácil, porque é rápido, é que até o final da sessão V. Exa. tenha dos órgãos próprios da Assembléia Legislativa a informação que estamos cobrando, se chegou a esta Casa, a resposta, ou não.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência já determinou ao Departamento Administrativo que faça buscas, e V. Exa. terá a informação, senão do decurso desta sessão, na primeira sessão da próxima semana.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, o que ocorre, é que o Banco do Estado do Paraná não está obrigado a prestar informações, em razão de legislação maior, que determina...

O SR. ENÉAS FARIA — O Secretário está, Sr. Líder.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — ... que determina seja mantido em sigilo bancário. Todavia, numa liberalidade, o Banco do Estado do Paraná, através do Secretário de Finanças, vai responder ao Deputado Enéas Faria, muito embora não esteja obrigado a isso, em razão de legislação bancária que existe e que proíbe e determina aos bancos, que estão imunizados e isentos de prestar informações, prestar declarações, a não ser que seja através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência quando se referiu a cautelas necessárias para não anunciar uma providência e cair no ridículo, naturalmente estava no pressuposto de que alguma coisa poderia justificar a ausência da resposta. Esta compreensão é que eu desejava, devia ser a do eminente Deputado Enéas Faria, compreensão que a Presidência sempre mereceu de todos os eminentes parlamentares, representantes dos dois partidos, nesta Casa. E que, todavia, o eminente Deputado Enéas Faria pretende que de forma açodada a Presidência anuncie uma providência que poderá, constitucionalmente também, ser falha.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Deputado Enéas Faria.



O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, vejo que se procura, de todas as formas, tergiversando, buscar uma saída para...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência não está buscando saída.

O SR. ENÉAS FARIA — "Sr. Presidente" é uma das formas de tratamento regimental. V. Exa. não pode ser tão susceptível assim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O que a Presidência não aceita são as insinuações quando V. Exa. se dirige à Presidência.

Essas insinuações, além de maldosas...

O SR. ENÉAS FARIA — Fiz um requerimento e a Casa aprovou, dirigido ao Sr. Secretário de Finanças.

Se o Sr. Secretário entende que estará resguardado por qualquer legislação, que não deva passar as informações, não pode menosprezar a Assembléia Legislativa.

Tem de responder e no prazo constitucional, que não passará as informações. Mas tem de fazê-lo.

E isto, Sr. Presidente, acaba de ser comprovado, que até este momento a Casa não recebeu estas informações, ou não recebeu qualquer atitude com relação ao fato do Sr. Secretário de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência já decidiu a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APROVADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência cometeu uma falha. Consulta o Sr. Líder do MDB, se deseja ocupar o horário destinado ao seu partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

A Presidência consulta o Sr. Líder da Arena, se deseja ocupar o horário reservado ao seu partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 309/77, de autoria da CCJ, Mensagem 111/77, ex-Proposição 493/77, aprova termo e convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de OURIZONA, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Estadual VISCONDE DE MAUÁ, da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, local. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 311/77, de autoria da CCJ, Mensagem 111/77, ex-Proposição 508/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Monteiro Lobato, da sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro José Vieira, ocorrido na cidade de Pato Branco.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, e Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução de autoria dos mesmos,

que disciplina a realização de sessões extraordinárias.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Banco do Brasil, Banco Central e Ministro da Fazenda, em forma de apelo, visando a instalação de agência do Banco do Brasil, no Município de Coronel Vivida.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Diretor Geral do DER, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam tomadas providências, visando retificação e o serviço de encasalhamento da rodovia que liga Rosário — Campineiro do Sul — até Cirol, no Município de Telêmaco Borba.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de solucionar o problema surgido com a falta de condições da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade- Conselho Comunitário de Floriano, Município de Maringá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações, referente a pavimentação asfáltica dos acessos ao trevo rodoviário na Rodovia Oswaldo Pacheco de Lacerda, para a cidade de Cianorte, bem como o acesso a rodovia que liga Cianorte a Rondon, se foram executados com recursos do Estado. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do DETRAN, no sentido de que seja coibida a prática de emplacamento de veículo fora do município de domicílio do seu proprietário, cumprindo o que dispõe o art. 57 do Código Nacional de Trânsito.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, visando a instalação de um Posto de Puericultura, em São José do Ivaí.— Em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, representando o Município de São João do Ivaí, nós temos conhecimento de que o Posto de Saúde daquela cidade vem funcionando normalmente dando atendimento necessário e o Serviço de Puericultura vem recebendo atendimento da Associação de Proteção à Maternidade e Infância com o mesmo médico do Posto de Saúde dando atendimento. Mas tudo aquilo que se refere aos municípios que representamos que trazem algum benefício, nós, de forma alguma, votaremos contra, embora não vejamos finalidade nenhuma neste requerimento.

Nós votamos favorável.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação o requerimento que pretende pleitear a instalação de um Posto de Puericultura em São João do Ivaí. Em votação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes, acompanhando cópias do pronunciamento efetuado durante os trabalhos desta Casa em data de 3 de novembro p.p., aos Srs. Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio,

Ministro da Agricultura e Ministro da Fazenda, enfatizando a necessidade imediata de se processar a substituição do atual Presidente do IBC. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É com surpresa que nós tomamos conhecimento deste requerimento apresentado numa fase difícil por que passa a nossa cafeicultura e que nós vemos a luta para a renovação de nossa lavoura cafeeira.

O entusiasmo que os lavradores com o novo sistema de plantio em curva de nível procurando as melhores técnicas para que o Paraná volte a ocupar o lugar de destaque que sempre teve na cafeicultura.

O requerimento do eminente Deputado Valter Pietrângelo em que pede a substituição do Presidente do IBC. O IBC precisa de um comerciante que entenda profundamente sobre o café no Comércio Exterior. E como nós temos conhecimento de que o atual Presidente do IBC, Calazans, está perfeitamente entrosado nesta fase em que o Brasil, está com estoque de 11 milhões de sacas de café, que o nosso consumo interno é de 7 a 8 milhões, e que o estoque que temos hoje não é suficiente para sua exportação, não vejo aqui o motivo de substituição do Presidente do IBC.

Sabemos que o IBC tem o seu Presidente, mas que também está afeto ao Ministério da Indústria e Comércio e que custou muito para que houvesse um perfeito entrosamento do atual Presidente do IBC, e nesta fase seria prejudicial à nossa cafeicultura a substituição do Presidente do IBC.

No outro item ele faz referência ao preço pedindo uma elevação para três mil cruzeiros a saca de café, medida justa e louvável para que o café seja elevado a 3 mil cruzeiros o saco em janeiro e que também seja concedido o financiamento, abertura de crédito para os produtores e maquinistas. Maquinistas, nós sabemos que é quem está em contato direto com a lavoura. E que não é um mero intermediário. Porque o nosso pequeno agricultor não tem condições de preparar o café para entregar no IBC. Não tem muitas vezes a máquina para o beneficiamento. Para entregar os tipos que dão melhores resultados.

Cremos nós que o maquinista deve ser também beneficiado. Achei um absurdo a medida adotada de que o café em janeiro, só será recebido pelo IBC, dos agricultores. É preciso que o maquinista também goze deste benefício, porque este é que dá a sustentação e dá garantia e ajuda direta ao agricultor; é preciso que se renove esta medida.

Gostaríamos de votar favorável a este requerimento, no tópico com referência ao preço do café, com referência à abertura de crédito. Mas, infelizmente, temos que votar contrário ao requerimento, porque achamos que não é o momento oportuno de falar em substituição do Presidente do IBC. É o momento de procurar um melhor entendimento para que o Brasil tenha melhores condições de exportação; melhores condições de dar a garantia e um incentivo ao nosso agricultor. E por este motivo nós votamos contrário ao requerimento, porque não justifica o pedido. Pedir a saída do Presidente do IBC porque está vinculado nessa política do café, não é só o Presidente do IBC, mas como também o Ministro da Indústria e Comércio, as medidas adotadas, estão sendo corretas. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Que poderíamos nós acrescentar além daquilo que já falamos ontem? É a opinião do eminente Deputado Gilberto Carvalho e da sua bancada, que nós temos que respeitar. Lamentando, é claro, porque os prejuízos que o Brasil já levou, o nosso Estado, de forma mais ampliada. Os problemas, os transtornos, que o desconhecimento e a falta de vivência do Sr. Camillo Calazans na direção do IBC já trouxe à nossa cafeicultura, são incríveis, Sr. Presidente.

Ontem nós relacionamos uma série de problemas. E quando fizemos as pesquisas para formularmos este pronunciamento, não fizemos isto por brincadeira, Sr. Presidente. Fizemos porque sentimos a responsabilidade que pesa sobre nossos ombros, principalmente pelo fato de sermos de uma região cafeeira e compreendermos os malefícios que tem trazido ao Paraná, ao Brasil, à cafeicultura; o Instituto Brasileiro do Café, sob orientação do Sr. Camillo Calazans. O nosso pronunciamento não é de gozação, não é de brincadeira; é muito sério. E eu só lamento que o eminente Deputado e a eminente bancada situacionista não tivesse analisado com a isenção de ânimo partidário, de compromisso político, mas tão somente com a preocupação comunitária paranaense brasileira. Para observar que o cidadão que confunde uma lavoura de cana com café, o cidadão que anuncia uma medida em Maringá, uma em Londrina, outra em Londres e outra no Rio de Janeiro, todas diferentes; que o cidadão depois de injetar 8 bilhões de cruzeiros na recuperação da nossa cafeicultura isso não contando o esforço do trabalhador, o suor 8 bilhões de cruzeiros, declare à imprensa do Brasil, que é necessário uma nova geada como a de 1975, para solucionar o problema da cafeicultura brasileira. Meu Deus do Céu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que fez o Sr. Camillo Calazans, a não se contar com a desastrosa geada de 1975, para dar alguma ressonância ao café, o ano passado, e este ano, que, evidentemente, provocou a ausência do produto, com a alta extraordinária, elevando o preço do café de 490 cruzeiros a saca, antes da geada, para 4 mil e 500 cruzeiros, em abril deste ano.

Talvez seja por isso que o Sr. Calazans deseja uma nova geada, exatamente pela sua incapacidade, pela sua falta de vivência, em estabelecer uma política internacional realmente sólida e de interesse brasileiro, para que o Brasil possa, realmente, vender bem seu produto.

Acredito até, Sr. Presidente, que quando se escolheu o Sr. Camillo Calazans, funcionário do Banco do Brasil no Norte do País, excelente, extraordinário funcionário, para dirigir o Instituto Brasileiro do Café, alguém talvez tenha feito alguma confusão de sigla. Em vez de Instituto Brasileiro do Café tenha lido Instituto Brasileiro do Côco, ou Instituto Brasileiro do Cacau.

E foi exatamente essa confusão que acabou se entregando à direção do órgão cafeeiro a quem, realmente, não tinha vivência na matéria, quando deveria o Governo Federal, realmente dispondo de tantos homens que conhecem, entendem esse assunto, no seu setor produtivo, na sua comercialização, ter indicado alguém do Paraná, do Estado de São Paulo, para essa direção.

Acho que é necessário que o IBC, exatamente nesse período difícil, quando começa apelar para contratos especiais, no sentido de propor alguma comercialização, pois está o País há 5 meses inativo; exatamente nessa hora, quando os preços são insuficientes e as perspectivas não são positivas, é que o Instituto Brasileiro do Café deva merecer uma orientação mais lúcida, mais competente.

Aí que reside, exatamente, a importância fundamental de que se coloque um presidente que tenha preparo, vivência, conhecimento para dar novos caminhos à cafeicultura brasileira.

A nossa proposição não tem absolutamente, o intuito de ofender, de ridicularizar a quem quer que seja.

É uma proposição honesta, Sr. Presidente, Srs. Depu-



tados, que a nosso ver, e no entender de companheiros da região que representamos, que produzem café, que comercializam o café, que industrializam o café, propõe ao Governo Federal.

Ora, qual é o mal do Estado do Paraná, de todo o paranaense, através de sua Casa de Leis, sugerir à S. Exa. a substituição de um homem público que ocupa cargo transitório. Que ofensa, Sr. Presidente?

Ao contrário, é uma Proposição amplamente de respeito e justa, porque exatamente aqueles que vêem os erros, e a incompetência e continuam a aplaudir quem os colocou e os mantém, esses é que são os inimigos perigosos, são os traidores, são aqueles que prestam o desserviço ao Governo.

Devo reafirmar que minha proposição é de respeito e de contribuição ao Governo Federal, é a proposição de alguém que nasceu, se criou e vive na mais importante região cafeeira do mundo.

Gostaria que o eminente Deputado Gilberto Carvalho e os nossos companheiros que são ainda contrários à nossa proposição, fizessem uma revisão no nosso pronunciamento e dessem o respaldo necessário. Porque, devo afirmar, Sr. Presidente, apesar das divergências, que, esta é a opinião do Paraná, esta é a opinião dos homens que realmente produzem e comercializam o café, é a opinião honesta.

Não obstante o preço-suporte para três mil cruzeiros, e a criação de uma pauta de financiamento especial para maquinistas e produtores, que estão sem capital de giro, completamente falidos, duros, é vital que seja dada uma nova orientação ao Instituto Brasileiro do Café.

Muito obrigado. — *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, é com a preocupação comunitária, como representante de uma região essencialmente agrícola, e onde predomina o café, onde está o quarto lote de café do Paraná, e sabendo do pensamento dos agricultores da minha região, e ouvindo há poucos dias uma conferência nesta Casa, proferida pelo ex-Presidente do Centro do Comércio do Café de Londrina, João Moreira, quando fez a observação de que, as aulas dadas a Camillo Calazans custaram caro ao Brasil, e que, hoje é ele um entendido em café, que pergunto:

Afirmou o Deputado Valter Pietrângelo, que Camillo Calazans era um ótimo funcionário do Banco do Brasil, portanto tem que ser um homem inteligente, pergunto se, após ele haver recebido muitas aulas, após estar tão bem preparado para o setor, deveríamos começar tudo de novo?

Não vejo porque, nesta hora difícil, recomeçarmos com um novo presidente. Pelo fato de ser ele, um nordestino? Os grandes cafeeiros da minha região são nordestinos. Gostaríamos é claro, de termos um representante do nosso Estado, na Presidência do IBC, mas isto não quer dizer que um nordestino esteja impedido de assumir a Presidência do IBC, porque nós temos grandes conhecedores de café, no Paraná, que não são paranaenses, que não são mineiros ou paulistas.

Considerando portanto, que o momento não é oportuno, votaremos contra o requerimento. — *(Com revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a

palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente a explanação do nobre Deputado Valter Pietrângelo, e ouvi, evidentemente, as ponderações do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, Vice-Líder da Aliança Renovadora Nacional, e não sei a que, exatamente, vai conduzir a votação deste requerimento, porque neste sistema de exceção, que nós vivemos, é claro que uma solicitação de uma Casa Legislativa, como a nossa, provavelmente não terá qualquer solução mais satisfatória.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após ouvir as ponderações, posso testemunhar que, efetivamente, os produtores de café, estão numa situação insustentável, uma situação muito difícil.

Agora, entendo também que, talvez, a gente pudesse levar esse assunto a um desfecho bem mais racional, dentro do atual quadro, se as duas bancadas, num requerimento conjunto, fizessem uma convocação ao Sr. Camillo Calazans, para que, vindo à Assembléia, explicasse as razões da política cafeeira adotada pelo País, porque o que falta, exatamente, às nossas áreas empresariais, principalmente no setor de produção, é uma definição clara das regras do jogo, essas que são mudadas com uma frequência tão grande que não permitem uma programação a médio prazo. E o café, Sr. Presidente, com as necessidades de investimentos que ele tem, investimentos esses, normalmente, de 3 a 4 anos, não pode ficar ao sabor das mudanças continuadas das regras do jogo em andamento. E a atual presidência do IBC, tem tomado algumas medidas que evidenciam, claramente, a instabilidade do regulamento do jogo do café.

Ainda no primeiro semestre de 77, houve um excesso de exportações; no segundo, enquanto ao lavrador ou produtor paranaense era paga a importância de cerca de mil e oitocentos cruzeiros, por saca, este mesmo IBC, este mesmo Governo Federal, através da INTERBRÁS, estava pagando um preço médio de Cr\$ 3. 920,00 a casa de café, no exterior; dando, portanto, uma intranquilidade muito grande ao setor; parece-me que a medida mais acertada seria a convocação do Presidente do IBC para que, falando aos representantes do maior produtor de café, pudesse, finalmente, dar as perspectivas do setor para que nós, como representantes da região cafeeira, pudéssemos também, levar uma palavra, mais ou menos, definida, a nossa área que representamos. — *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — APROVADO.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e fará verificação de votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. *(Pausa)*.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. *(Pausa)*.

Doze Srs. Deputados aprovam; cinco Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 114/76, 85, 97, 121, 122, 126/77.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 309, 311, 329, 333, 341 a 246, 248, 349/77.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 136/75.

Levanta-se a Sessão.

**PORTARIAS:**

**PORTARIA NÚMERO 747/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10030, de 11 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/77, da funcionária IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, matrícula no. 470, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 748/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9716, de 03 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para 15 de dezembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria no. 638/76, do funcionário contratado deste Poder, ELI MOCELIN CECCON.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 749/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9336, de 22 de setembro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar o funcionário RAUL DE SOUZA FILHO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Wilson Fortes, da Aliança Renovadora Nacional, no período compreendido entre 19 de setembro a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 750/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9933, de 06 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, da funcionária MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula no. 182, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 751/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

alterar o item I, da Portaria no. 331/77, que passa a ter a seguinte redação: retificar o item II da Portaria no. 133/77, na parte que se refere a designação do funcionário NILTON BUSATTO, para prestar serviços no Gabinete da 1.a Vice-Presidência, para declarar que a data correta é 10 de março de 1977, e não como consta da referida Portaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 752/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10124, de 13 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder ao funcionário JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula no. 574, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 15 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 753/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9766, de 04 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder à funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula no. 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exer-

cício de 1977, a partir de 04 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 754/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

retificar a Portaria no. 746/77, de 12 de outubro de 1977, que transferiu para época oportuna as férias referentes ao ano de 1977, do funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula no. 112, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para fazer constar que a Portaria é de no. 521/77, e que concedeu férias ao referido funcionário referente ao ano de 1976, e não como consta daquela Portaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 755/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10099, de 12 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, do funcionário RAUL ZIPPERER, matrícula no. 522, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 756/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10041, de 11 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, do funcionário SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula no. 484, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 757/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9781, de 05 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 637/76 do funcionário NILTON BUSATTO, matrícula no. 317, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 758/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10065, de 12 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, da funcionária MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER, matrícula no. 490, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 759/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 10319, de 18 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar o funcionário SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aragão de Mattos Leão, no período compreendido entre 21 de outubro a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral